



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

Processo n°. 2021.021.000123-7-PR

Data: 07/03/2022

Pregão Presencial SRP n° 017/2021



Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

Processo nº 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

Processo nº 2021.021.000123-7-PR

Data: 07/03/2022

Processo nº. 2021.021.000123-7-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-0911 / 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial** sob a forma de **Registro de Preços**, cujo Edital recebeu o nº **017/2021**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 25 de março de 2022**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. **Integram este Edital, independentemente de transcrição:**

1.4.1- **Proposta Comercial - Anexo I**

1.4.2- **Minuta de Contrato- Anexo II**

1.4.3- **Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**

1.4.4- **Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**

1.4.5- **Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação -Anexo V**

1.4.6- **Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI**

1.4.7- **Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII**

1.4.8- **Termo de Referência - Anexo VIII**

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de refeições, em recipientes individuais descartáveis de alumínio n° 09, destinado aos assistidos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

2.2- A quantidade é estimativa máxima para contratação, em conformidade com a legislação em vigor. **A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social não está obrigada a contratar a quantidade total estimada, possibilitando a contratação integral, parcial ou mesmo a NÃO contratação.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

151

Processo n° 2021.021.000123-7-PR

Data: 07/03/2022

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;

b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula 40.442

impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais da Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”.

5.2 – A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 – Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n° 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a **PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA**, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a **PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA**, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que



cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

Processo n° 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequêntes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

156
RIP

Processo n° 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.15.1- O(s) licitante(s) que, embora enquadrado(s) nas hipóteses legais para participação na etapa de lances, não conseguir(em) ofertar valores que sejam inferiores ao menor preço da licitação, poderão informar ao pregoeiro, e solicitar que seja consignado em ata, **para fins de classificação final das propostas**, um valor inferior ao de sua proposta inicial, mesmo sendo este valor superior a menor proposta da licitação.

7.15.2- Na hipótese da empresa classificada em primeiro lugar descumprir alguma regra editalícia será observada a classificação final de que trata o subitem anterior, sem prejuízo da convocação da empresa mais bem colocada (em cada item, conforme o caso) para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, nos termos do art. 4º, XVII, da Lei 10.520/02.

7.15.3- Ocorrendo a hipótese anterior, ao pregoeiro deverá observar ainda o disposto no **subitem 7.14**.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1**.

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Matrícula: 40.442

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no subitem 7.14 e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da Prefeitura, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

7.23- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

7.24- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.25- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as



sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

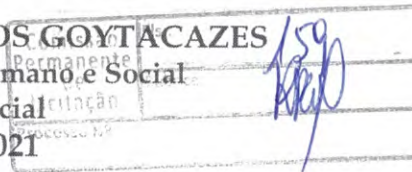
8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;



8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.



8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, em por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.



8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.1.3- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.1.3.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.1.3.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.1.3.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.1.4- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.1.4.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.1.4.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.1.4.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.2- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(s) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.2.1- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(s) pretende figurar como vencedor.



GOYTACAZES
Permanência
ano e Social
Fabricação
Processo nº

Data: 07/03/2022

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em **Órgão da Imprensa Oficial**. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começara a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **nos serviços**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa, quando e se efetivada, correrá por conta do Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa previsto no item 17 do Termo de Referência.

12- DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- A(s) empresa(s) vencedora(s), quando da solicitação de início dos serviços, deverá(ão) retirar a Nota de Empenho no prazo de **03 (três) dias** a contar da comunicação efetivada pelo setor de **licitações e contratos**;



12.1.2- O prazo de execução dos serviços será de **12 meses**, conforme disposto no item 4 do termo de referência (**Anexo VIII**) e começará a fluir a partir da emissão da Ordem de serviço emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

12.1.3- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de início dos serviços.

12.1.4- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.5- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.6- Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação escrita do contratado, a que se refere a alínea anterior.

12.2- LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1- O licitante vencedor desta licitação terá que executar o que lhe for adjudicado, conforme o item 3 do Termo de Referência (anexo VIII) elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será executado sob a forma indireta, no regime de **empreitada por preço unitário**.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.



13.1.1 - Ao assinar a Ata da Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de prestação dos serviços será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES



15.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n° 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- Estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 1.087.992,00 (um milhão, oitenta e sete mil novecentos e noventa e dois reais).**

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pela prestação dos serviços, objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social** realizará o pagamento à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a prestação de cada parcela dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo VIII).

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda .

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a Contratante.

17.4- O pagamento será efetuado pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

Processo n° 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

17.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido à Contratante.

17.7- Caso a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

Processo nº 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

Processo nº 2021.021.000123-7-PR

Data: 07/03/2022

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

19.7- A Administração poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 07 de março de 2022.

Rodrigo Nogueira de Carvalho

Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.447



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial SRP nº. 017/2021

Processo nº 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificações do item 6.0 Termo de Referência)	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Fornecimento de refeições em recipientes individuais descartáveis de alumínio nº 09	65.700	Unidade		
Valor Unitário por extenso:					
Valor Total por extenso:					

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 017/2021 e, ainda, todos custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 017/2021 para a abertura dos envelopes contendo a Documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial SRP n.º 017/2021

Comissão Fis. 171

Processo n.º 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O FMAS E A
EMPRESA _____.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Travessa Santo Elias, n.º 46, Jardim Carioca - Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o n.º 01.197.548/0001-36, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor **RODRIGO NOGUEIRA DE CARVALHO**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, nos termos do Decreto Municipal n.º 365/2009, e a empresa _____, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS** do **EDITAL n.º 017/2021**, ajustam entre si o presente contrato, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal n.º 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo n.º **2021.021.000123-7-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de refeições, em recipientes individuais descartáveis de alumínio n.º 09, destinado aos assistidos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, conforme descrito na Nota de Empenho n.º ____/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas



- detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto, no processo nº **2021.021.000123-7-PR** e em tudo o mais que se relacione com os serviços objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **017/2021**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) prestar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelos serviços;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;



- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a execução do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho _____ e pela Natureza de Despesa N.D. _____, com cobertura através da Nota Empenho n° _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial SRP nº. 017/2021

Permanente
Licitação
Processo Nº

Processo nº 2021.021.000123-7-PR

Data: 07/03/2022

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei nº. 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo total para a prestação do serviço, objeto deste contrato, será de 12 meses, conforme item 4 do Termo de Referência elaborado pela **SMDHS**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado sob a forma de execução indireta, no **regime de empreitada por preço unitário**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 017/2021, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo nº **2021.021.000123-7-PR** que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 176
Processo nº	017/2021

Processo nº 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Contratante:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Contratada:

Testemunhas:

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

Processo n° 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
portador (a) da Cédula de Identidade n° e CPF sob o n°
....., a participar da Licitação instaurada pela Secretaria Municipal de
Desenvolvimento Humano e Social, na modalidade **PREGÃO n° 017/2021**, supra-
referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para
pronunciar-se em nome da empresa, **bem como**
formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição,
assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa com firma reconhecida

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matricula: 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial SRP nº. 017/2021

Comissão	198
de	
Limitação	
Processo nº	

Processo nº 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 017/2021

.....
,
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio
de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da
Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27
da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2022.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial SRP nº. 017/2021

GOYTACAZES	
Permanente	Librica:
Licitação	
Processo Nº	

[Handwritten signature]

Processo nº 2021.021.000123-7-PR

Data: 07/03/2022

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº 017/2021**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442

[Handwritten signature]



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Fundo Municipal de Assistência Social
Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

Processo nº 2021.021.000123-7-PR
Data: 07/03/2022

Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão SRP nº 017/2021

..... (razão
social do licitante) com endereço na

.....
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções
definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais
para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte
(EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº
123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em
qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar,**
sendo considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº
123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art.
34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2022.

Representante legal da empresa

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvi-
mento Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

Missão	Pls.
Permanente	182
Licitação	182
Processo nº 2021.021.000123-7-PR	
Data: 07/03/2022	

ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2021

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e vinte dois, o _____, inscrito no CNPJ n° _____, com sede na _____, n° _____, Campos dos Goytacazes, RJ, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal n° 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal n° 065/05, Decreto Municipal n° 342/06, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial para **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de refeições, em recipientes individuais descartáveis de alumínio n° 09, destinado aos assistidos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de **12 (doze) meses**, a fim de atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**.

Processo n° 2021.021.000123-7-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) serviço(s) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	
E-mail:	

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Serviço	Valor

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados, os quais serão contratados de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, mediante a convocação para a assinatura do contrato.

- 1.2 As quantidades dos serviços que vierem a ser contratados serão definidos no respectivo contrato.

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial SRP nº. 017/2021

Processo nº 2021.021.000123-7-PR

Data: 07/03/2022

- 1.3 Os serviços deverão ser prestados conforme estabelecido no item 4 do Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
- 1.3.1 A empresa deverá, obrigatoriamente, prestar a totalidade dos serviços solicitados, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis.
- 1.4 Os licitantes terão seus serviços analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão recusados, devendo ser refeitos/substituídos no prazo máximo definido no Termo de Referência (Anexo - VIII), elaborado pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**.
- 1.5 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 1.6 O pagamento será conforme disposto no edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.
- 1.8 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Empresa

Testemunhas: _____

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial SRP n°. 017/2021

Comissão Permanente de Licitação
Fis. 183
[Signature]

Processo n° 2021.021.000123-7-PR

Data: 07/03/2022

ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.447
[Signature]

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. - OBJETO

Este Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições das Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, tem por objeto definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, por Sistema de Registro de Preços, pelo Menor Preço por Item, visando à contratação de empresa especializada para o **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES**, em recipientes individuais descartáveis de alumínio nº 09, destinado aos assistidos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, conforme especificações técnicas, bem como os quantitativos constantes neste Termo de Referência, por um período de 12 meses.

2.0 - JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação de empresa especializada para o **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES**, em **recipientes individuais descartáveis de alumínio nº 09**, para atender as necessidades dos usuários do Centro Pop e Acolhimento para população em situação de rua Abrigo Manoel Cartucho, em função do atendimento das demandas nos serviços ofertados pela Proteção Social Especial da SMDHS, garantindo de acordo com as seguranças afiançadas pelo SUAS, acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados às necessidades específicas.

O quantitativo apresentado como necessário para a contratação do serviço de fornecimento de refeições se justifica uma vez que o mesmo é direcionado à população em situação de rua / em trânsito atendidos pelo equipamento Centro Pop e pelo equipamento Acolhimento para população em situação de rua, Abrigo Manoel Cartucho, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

Para tanto, foi considerado 12 meses, nos quais os referidos equipamentos realizam os seus atendimentos de acordo com sua programação. Consideramos a capacidade técnica de atendimento dos usuários conforme recomendado pela legislação (média de 50 usuários/dia para o Centro Pop e 50 pessoas do acolhimento), que também se pautou em uma estimativa da quantidade de atendimento diário. Foi levado em consideração o aumento significativo da população em situação de rua e o fornecimento refeições diariamente (domingo a domingo) devido a pandemia pelo novo Coronavírus, através da



implantação de um novo acolhimento (Abrigo Manoel Cartucho), o qual atende cerca de 50 pessoas com almoço e janta e do Centro Pop, o qual atende até 50 usuários por dia com oferta de alimentação no almoço.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CENTRO POP	MANOEL DA CARTUCHO	TOTAL DE REFEIÇÕES	MARGEM DE 20%
1	REFEIÇÕES EMBALADAS - ALMOÇO	18.250	18.250	36.500	7.300
2	REFEIÇÕES EMBALADAS - JANTAR	0	18.250	18.250	3.650
	TOTAL A LICITAR			54.750	65.700

Ressaltamos que o aumento significativo da quantidade para esse pregão é justificado pela ampliação da rede de atendimento a população em situação de rua com a implantação do novo acolhimento para 50 pessoas

No Centro Pop são ofertadas 50 refeições(almoço) diariamente e no Abrigo Manoel Cartucho 100 refeições, sendo que no Abrigo Manoel Cartucho é ofertado almoço e janta. Fazendo-se necessário disponibilizar 150 refeições por dia.

O avanço do desemprego tem colaborado de forma substancial para o aumento da população em situação de rua, sendo esse fenômeno uma das facetas da questão social e situações pandêmicas e de calamidades também precisam ser consideradas como quando estimamos a aquisição das refeições.

A alimentação é essencial para que possamos proporcionar dignidade humana e manutenção da vida. Não há possibilidade de pensar em garantia de direito sem que haja o mínimo traduzido numa alimentação saudável e de qualidade, dentre outras necessidades cruciais para vida humana.

3.0 - LOCAL PARA O FORNECIMENTO

3.1 - O fornecimento deverá ser realizado diretamente no **Centro Pop**, localizado na Rua Barão da Lagoa Dourada nº 15/23, Centro, e Acolhimento para população em situação



de rua **Manoel Cartucho**, localizado na Avenida José Alves de Azevedo, nº 579 – Pq. Rosário, Campos dos Goytacazes.

3.2- O quantitativo diário de refeições será solicitado diariamente pela contratante, através de e-mail a ser disponibilizado pela contratada;

3.3. Em situações excepcionais, a contratada poderá retificar o quantitativo de pedido de entrega de refeições diárias através de contato telefônico e/ou e-mail, dentro do prazo para entrega.

4.0 - PRAZO PARA O FORNECIMENTO

4.1 – A distribuição das refeições será pelo prazo de 12 meses, de forma contínua, diariamente, incluindo-se, sábados, domingos, feriados, pontos facultativos e recessos, no horário de almoço, 11h e 30 min às 12h, de acordo com as ações, normas e escalas previamente estabelecidas pelo CENTRO POP e Acolhimento para população em situação de rua Manoel Cartucho, sendo que este último, também no horário de jantar, 18h às 18h e 30 min, através do seus Coordenadores;

4.2 – O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Fornecimentos a ser emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

5.0 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

6.0 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	TOTAL ANUAL
01	FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO ALMOÇO - MENU: Arroz Agulhinha Cozido; Feijão Preto Cozido Inteiro; <i>Guarnição:</i> Macarrão, Farofa, Empadão de Legumes, Legumes Cozidos ou Purê	UND	65.700



ou Creme ou Gratinado; <i>Prato Proteico</i> : Aves: Coxa e sobrecoxa, Filé de Peito de Frango, Frango Desfiado; <i>Pescado</i> : Filé de Cação, Posta de Cação; <i>Embutido</i> : Linguiça Toscana, Linguiça tosca de frango), Hamurguer/almondega/, Steak de frango. <i>Bovino</i> : Paleta, Lagarto, Alcatra, Chã, Paleta Moída, Carne Seca a vácuo, Costela, <i>Tipos de Salada</i> : Folhas: Alface, Rúcula, Agrião, Couve ou Legumes. OBS : Como opção, em substituição ao Prato Proteico, quando solicitado, terá 1 porção de ovo, que corresponde a 2 unidades de ovos (fritos ou cozidos) ou 1 omelete. Sobremesa: 1 Fruta		
--	--	--

7.0 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O critério adotado será do MENOR PREÇO POR ITEM.

As empresas participantes do certame deverão, além da proposta de preço, apresentar planilha detalhada com os preços unitários de cada item, inclusive do valor do serviço de entrega, conforme modelo anexo desse Termo de Referência.

8.0 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 – A Licitante deverá apresentar Certidão de Registro no Conselho Regional de Nutricionista – CRN, que habilite a empresa no ramo de Refeições atinente ao objeto desta contratação, com validade para o presente exercício. Caso a Licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do Conselho do Rio de Janeiro, RJ, quanto da assinatura do contrato.

8.2 – A Capacidade Técnica-operacional das licitantes deverá ser comprovada por meio de apresentação de atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no Projeto Básico – Anexo III deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações que permitam contatar a empresa atestante, para fins de aferição, bem como quantitativos e descrições que permitam avaliar a compatibilidade.



[Handwritten signature]



8.3 – A Capacitação Técnico-Profissional deverá ser demonstrada mediante comprovação pelo licitante de que possui em seu quadro pessoal, profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Nutricionista – CRN, de nível superior, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Registro de Atestado de Capacidade Técnica por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação.

8.3.1 – A comprovação de possuir o licitante, no seu quadro, profissional (ais) referenciado(s) no subitem anterior deverá ser feita através de um dos seguintes documentos: CTPS, Contrato Social caso o Responsável Técnico seja sócio da empresa, contrato de prestação de serviços, certificado de registro da empresa no Conselho Regional de Nutricionista.

8.4 – Alvará de funcionamento expedido pelo órgão competente e autorização de funcionamento da Vigilância Sanitária da sede da licitante;

8.5 – Apresentação de certificado de inspeção sanitária para pelo menos 1 (hum) veículo, emitido pelo departamento de Vigilância Sanitária;

8.6 – Declaração de que dispõe de cozinha industrial no município de Campos dos Goytacazes, aparelhada, incluindo área adequada para fins de armazenamento de produtos "in natura" e execução para o adimplemento contratual em casos fortuitos ou de força maior, a fim de evitar a descontinuidade do serviço, nas dimensões técnicas mínimas para o atendimento de fornecimento de refeições.

9.0 – VISITA TÉCNICA

Caberá à Comissão de fiscalização composta pelo responsável do SAN – Segurança Alimentar e Nutricional; Departamento de Proteção Social Especial e Compras realizar visita técnica e áreas operacionais para preparação dos alimentos e estoque, certificar-se da existência de alvará de funcionamento e certificado de inspeção sanitária em nome da contratada.

10.0 – DO PREPARO DAS REFEIÇÕES E PADRÕES DE HIGIENE

10.1 – O preparo dos alimentos, em todas as suas fases, deve ser procedido por pessoal comprovadamente especializado dentro dos princípios de nutrição, das melhores técnicas de culinária e dos mais rigorosos padrões de higiene. A CONTRATADA deve seguir os procedimentos relativos às "Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos/Produtores/Industrializados de Alimentos" – Anvisa;



10.2 – Os cardápios deverão ser planejados de acordo com as Leis de Alimentação: Lei da Quantidade, Lei da Qualidade, Lei da Harmonia e Lei da Adequação, objetivando a promoção de uma alimentação saudável e de Segurança Alimentar e Nutricional, SAN;

10.3 – Os alimentos preparados e não consumidos em uma refeição não poderão ser reutilizados em nenhuma hipótese;

10.4 – Todos os empregados da CONTRATADA que lidarem com alimentos, em qualquer fase, devem obedecer rigorosamente às especificações de vestuário estabelecidas às empresas do ramo de alimentação industrial.

11.0 – DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

11.1 – Todos os gêneros, condimentos ou quaisquer ingredientes utilizados na elaboração de refeições deverão estar em perfeitas condições de conservação, higiene e apresentação, dentro do prazo de validade;

11.2 – Os principais gêneros utilizados na execução dos serviços se encontram nos itens a seguir, servindo como exemplificação do grau de qualidade e higiene a que devem atender. Todos os demais gêneros e materiais não relacionados, utilizados nos serviços deverão atender aos padrões e requisitos mínimos análogos aos aqui especificados;

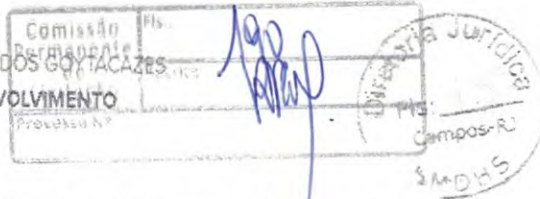
11.2.1 – Peixe: deverá ser adquirido acondicionado em caixas térmicas com tampos e com gelo devidamente limpos (sem as vísceras e escamas) e em condições adequadas para consumo imediato;

11.2.2 – Carnes: somente será permitida a utilização de produtos animais adquiridos em estabelecimentos fiscalizados pelos Serviços de Inspeção Estadual, comprovados através de Certificado de Inspeção. No preparo de carnes em geral, a limpeza das peças deverá ser perfeita, com remoção total de nervuras, sebo e gordura aparente; no caso de carne seca esta deverá ser embalada a vácuo;

11.2.3 – Arroz polido agulhinha tipo1: de grãos longos e íntegros;

11.2.4 – Feijão tipo1: Preto com grãos íntegros;

11.2.5 – Hortifrutis: Abóbora, Quiabo, Batata, Cenoura, Beterraba, Chuchu, Vagem, Quiabo, Tomate, Alface, Repolho, Rúcula, Agrião, frescos e de primeira qualidade;



11.2.6 – Frutas: sempre de primeira qualidade, em tempo próprio para consumo, frescas e firmes.

11.2.7 – Açúcar cristal branco, de primeira qualidade;

11.2.8 – Sal Refinado e Iodado;

11.2.9 – Óleos de cozinha para cocção de milho ou de soja;

11.2.10 – Azeite de Oliva;

11.2.11 – Vinagre de vinho tinto.

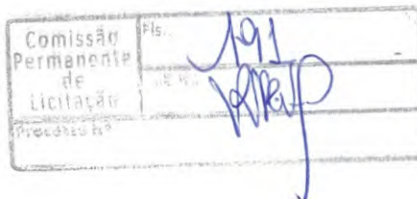
12.0- DA COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO

12.1 - SALADAS

- Salada mista crua de alface / acelga / repolho verde / agrião / rúcula / tomate / cenoura ralada / beterraba ralada;
- Salada cozida de beterraba/batata/cenoura/chuchu/vagem;
- Maionese de legumes batata/ cenoura/ vagem;
- Salpicão de legumes;
- Salpicão de frango.

12.2 - CARNE

- Carne Ensopada;
- Carne Assada;
- Bife acebolado;
- Bife de panela com molho;
- Carne Moída;
- Carne Seca Ensopada, desfiada ou em cubos;
- Costela Ensopada.



12.3 - AVES

- Coxa e Sobrecoxa assada ou ensopada;
- Frango ensopado – Peito;
- Frango desfiado – Peito;
- Frango empanado (filé de peito);
- Ovo de galinha (em substituição ao prato proteico).

12.4 - PEIXE

- Filé de peixe empanado ou cozido;
- Filé de peixe grelhado com ou sem molho;
- Posta de Cação cozida ou assada.

12.5 - GUARNIÇÕES

- Empadão de legumes;
- Farofa - acebolada/ de cenoura/ de couve/ de milho/ de ovos;
- Macarrão ao alho e óleo;
- Macarrão ao molho branco;
- Macarrão com molho vermelho;
- Legumes cozidos, em forma de purê, creme ou gratinado, soufflê.

12.6 - ACOMPANHAMENTOS

- Arroz branco;
- Arroz enriquecido - com cenoura/ com vagem/ com milho/ com ervilhas;
- Arroz especial (ocasião de datas comemorativas);
- Feijão preto;
- Tutu de feijão / feijão tropeiro;

12.7 – SOBREMESAS

- Frutas embaladas individualmente inteiras ou porcionadas.

13.0 - DO PORCIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO:

As refeições deverão ser porcionadas e acondicionadas em **recipientes individuais descartáveis de alumínio nº 09 com tampa e fechamento hermético, acompanhados de kit de talheres descartáveis em plástico resistente (garfo, faca e colher)** e em quantidade suficiente ao número de comensais.

14.0 - TRANSPORTE DOS ALIMENTOS

14.1-Transportar as refeições devidamente acondicionados e em condições adequadas de higiene e conservação;

14.2 - Manter em temperaturas recomendadas e seguras dos alimentos em preparação e/ou prontos para distribuição;

14.3 - Manter pelo menos 1 (hum) veículo fechado para transporte das refeições prontas, em condições adequadas de higiene e com certificado de inspeção emitido pela vigilância sanitária;

14.4 - Executar a higienização diária e conservação do veículo utilizado para transporte das refeições de acordo com a legislação vigente da ANVISA e Ministério da Saúde;

14.5 - Realizar manutenção preventiva e corretiva nos veículos utilizados para transporte das refeições.

15.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 - Além das obrigações já definidas neste Termo de Referência, a empresa que vier a ser contratada terá outras obrigações de caráter geral;

15.2 – Elaborar cardápio diário completo - mensal e encaminhar à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e Centro Pop, até o dia 30 do mês anterior a sua execução para análise e aprovação da Contratante;

15.3- Elaborar cardápios diferenciados para datas especiais (Natal, Ano Novo, Semana Santa, Festas Juninas), observadas as características de atendimento, sem custos adicionais e apresentar para aprovação do setor de SAN;

15.4 - Atender as solicitações de dietas especiais (Diabetes Mellitus, hipertensão arterial e diarreia), mediante prescrição médica salvo eventuais emergências; incluindo as Consistências, branda e sopa;



Comissão	Fis.
0008	193
de	
Prestito nº	



15.5 - Acatar as determinações da contratante no sentido de substituir, de imediato, os produtos entregues com vícios e aspecto inadequados;

15.6- Observar a aceitação das preparações servidas. No caso de haver rejeição por parte dos comensais, excluí-las dos cardápios futuros;

15.7 – Solicitar, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, autorização para modificar os cardápios;

15.8 – Enviar planilha com as quantidades diárias fornecidas, para os setores do DPSE-Departamento de Proteção Social Especial – dpse.smdhs@campos.rj.gov.br – SAN-Segurança Alimentar Nutricional – san.smdhs@campos.rj.gov.br – e FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social – fundo.smdhs@campos.rj.gov.br, até o dia 05 do mês subsequente para conferência;

15.9 – Deverá apresentar e proceder de acordo com o Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados, estabelecidos na Resolução – RDC nº 275 de 21 de outubro de 2002 da ANVISA;

15.10 – Deverá ter cozinha industrial montada e funcionando neste Município para um fornecimento imediato e emergencial, caso necessário;

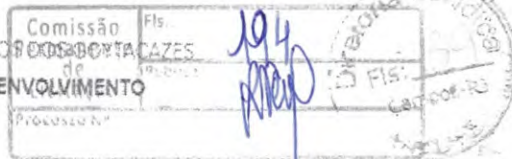
15.11 – Deverá transportar as refeições prontas em carro apropriado, do tipo fechado, conservado em boas condições de temperatura, higiene, segurança e de acordo com as normas da Vigilância Sanitária, incluindo uniformização do condutor do veículo;

15.12 – Manter, permanentemente, em serviço diurno, Nutricionista regularmente inscrito no respectivo Conselho, para desenvolver as atividades de Supervisão da Produção das refeições;

15.13 – Responder pela indenização dos danos ou prejuízos que causar a Contratante, decorrentes de ação ou omissão, erro ou imperícia, negligência ou imprudência, praticados na execução dos serviços contratados, inclusive por seus empregados ou em razão do descumprimento de quaisquer disposições constantes neste contrato;

15.14 – Fornecer refeições que atendam exclusivamente as especificações dos cardápios propostos, excluindo atendimento a eventos e outros tipos de solicitações, bem como transformações de gêneros alimentícios considerados extras em refeições;

15.15 – Adotar medidas para que os gêneros utilizados na elaboração de refeições sejam de primeira qualidade;



15.16 – Fornecer refeições em recipientes individuais descartáveis de alumínio nº 9, sem ônus para a Contratante;

15.17 – Fornecer as porções em gramaturas conforme especificados no anexo único (referente a alimentos após prontos para consumo);

15.18 – Fornecer material descartável na distribuição das refeições para assistidos, tais como: fita filme, sacos plásticos, talheres descartáveis, guardanapos, palitos, sem ônus para a Contratante;

15.19 – Assumir despesas, trimestralmente, de análises bacteriológicas de três amostras, ou quando solicitado pela SMDHS análise de alimentos ou preparações suspeita e encaminhar o resultado para o SAN;

15.20 – Utilizar água filtrada nas refeições;

15.21 – Preparar as refeições no mesmo dia de consumo por pessoal especializado, com assistência PERMANENTE do Nutricionista, (em turno diurno inclusive, final de semana e feriado);

15.22 - Apresentar laudo de limpeza da caixa d'água e potabilidade da água emitido por empresa credenciada pelo INEA com validade 06 meses a 1ano a partir da data de emissão;

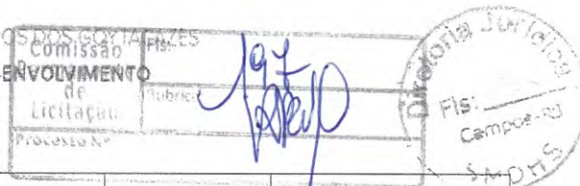
15.23 – Apresentar laudo de dedetização e desratização a cada 6 (seis) meses emitido por empresa credenciada pelo INEA;

15.24 – Apresentar certificado que comprove o reaproveitamento do óleo vegetal emitido por empresa conveniada ao INEA;

15.25 – O não cumprimento dos itens constantes dos anexos implicará em multa para a contratada;

15.26 – Cumprir os horários de entrega das refeições estabelecidos pela CONTRATANTE.

15.27 – Verificar através do Diário Oficial eletrônico (<http://www.campos.rj.gov.br/diario-oficial.php>) os feriados, pontos facultativos e recessos, dias estes que não haverá a prestação do serviço contratado, exceto se expressamente requerido pela CONTRATANTE através de telefonema ou e-mail com antecedência mínima de 24h, conforme cláusula 4.1.



	cenoura, vagem, ervilha, milho, azeitona) Salpicão de legumes Salpicão de frango			
Bovinos	Paleta/músculo	Carne ensopada	120g	3 a 4 vezes por semana variando tipo e preparação
	Lagarto vermelho ou branco	Carne assada	120g	
	Alcatra	Bife	120g	
	Chã	Bife ensopado	120g	
	Paleta/ músculo Moída	Carne Moída	100g	
	Carne Seca ponta de agulha	Ensopado	120g	
	Costela com osso	Ensopado	180g	
Aves	Coxa e sobrecoxa	Diversas	180g	3 vezes por semana variando tipo e preparação
	Filé de peito de frango	Diversas	120g	
	Peito de frango com osso	Diversas	80g	
	Ovo de galinha	Cozido/ omelete	2 unidades	Opção
Pescados	Filé de Cação	Cozido/ Assado	150g	1 vez por quinzena
	Posta de Cação	Cozido/ Assado	200g	
Embutidos	Linguiça Toscana	Assada	130g	2 vezes por



Comissão	Fls.
Permanente	108
de	
Processo nº	



	Linguíça Toscana de frango	Assada	130g	mês
	Hambúrguer/almôndega	Assada	120g	
Acompanham ento	Arroz Agulhinha tipo 1	Cozido	150g	Diariamente
	Feijão Preto tipo 1	Cozido Inteiro	80g	Diariamente
Guarnições	Macarrão	Diversas	80g	1 vez na semana
	Farofa	Diversas	60g	1 vez na semana
	Empadão	Legumes	80g	1 vez na semana
	Legumes	Cozido/Pure/ Creme/gratin ado	80g	4 vezes por semana
Sobremesa	Fruta embalada individualmente	Diversas	120g	Diariamente

OBS: Preparações como empadão e escondidinho quando servidos como prato proteico devem obedecer a per capita de 200 gr.

Campos dos Goytacazes-RJ, 22 de fevereiro de 2022.

Ana Paula Manhães Barreto
Gerente de Compras
Mat.40.324

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Mun. de Desenvolvimento
Humano e Social
Matricula: 40.442